

“DE VOLTA AO COMEÇO”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco

Rosemeire Siqueira de Santana

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS. Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia pela Faculdade São Luís de França. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe – SEED e da Secretaria Municipal de Educação de Estância/SE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior – GREPHES.
r-siqueira-santana@hotmail.com

Ane Rose de Jesus Santos Maciel

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS. Licenciada em História pela Universidade Tiradentes/UNIT.
anerosemaciell@gmail.com

Josefa Eliana Souza

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Educação e Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Superior – GREPHES.
elianasergipe@uol.com.br

RESUMO

Pelas próprias mãos uma mulher desejou que, através da educação de crianças desvalidas outras tantas mulheres vislumbrassem condições de vida melhor. Desse modo, o presente estudo se propõe a realizar um ensaio biográfico sobre a educadora espírita Anália Franco, nascida no Rio de Janeiro em 1853, que embora vivendo em período difícil para as mulheres conseguiu mostrar que é possível fazer a diferença. Assim, apresentaremos a trajetória dessa educadora que nos levará à compreensão de tempos vividos em suas singularidades, emoções e identidade e com as suas contribuições à História da Educação Espírita, com as atuações marcadas por ações efetivas no campo da educação à infância desvalida, tendo como alicerce o pensamento em uma escola que atendesse e desse acesso indiscriminado às crianças, independente de sua condição social, cor e credo. A presente pesquisa, parte de uma Dissertação de Mestrado em andamento, apresentando como suporte teórico metodológico, estudos relacionados à Memória, História da Educação e Educação Feminina. Foram consultadas e analisadas diversas fontes como depoimentos orais, teses, periódicos da época e bibliografia especializada. A análise em pauta tem como objetivo compreender de que modo a sociedade visualizava a figura da educadora em tela e suas contribuições às Instituições Educativas Espíritas, bem como as marcas registradas durante sua trajetória.

Palavras-chave: Anália Franco; Educação Feminina; História da Educação.

“BACK TO START”: The (re) construction of the history and contributions of the educator Anália Franco

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

ABSTRACT

With their own hands a woman wished that, through education of underprivileged children other women could wish better life conditions. That way, this study aims to accomplish a biographical essay about the spiritist educator Analia Franco, born in Rio de Janeiro in 1853, that although living in difficult period for the women was able to show that it is possible to make the difference. Thus, we present the trajectory of this educator who will lead us to the understanding of time lived in their singularities, emotions and identity, and their contributions to the History of Spiritist Education, with actions in the field of underprivileged children education, based on the thought of a school that would meet the children without differentiate their social condition, color and creed. This research has as theoretical methodological support, studies related to the Memory, History of Education and Women's Education. Various sources were consulted and analyzed as oral testimonies, theses, periodicals of the time and specialized literature. The analysis in question aims to understand how society looked at the figure of the educator and and their contributions to Education institutions Spiritist, as well as its history.

Keywords: Anália Franco; Women's Education; History of Education.

INTRODUÇÃO: Tempos vividos pela educadora Anália Franco

“A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo
e pleno de significados no presente”.

Lucila Delgado

As pesquisas em História da Educação nos possibilitaram a entrada em um espaço até então desconhecido, mas ao penetrarmos nos deparamos com o mundo da Educação Espírita, o que nos levou a descobrir, no meio de um labirinto, as marcas deixadas pela educadora Anália Franco: as suas contribuições à educação espírita e à sociedade.

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação (THOMPSON, 1981, p. 50).

A história, que tem o papel de reconstruir o passado por meio de marcas que foram fincadas a cada dia e em cada época, leva-nos à reconstrução de indivíduos que contribuíram, em um determinado período, para a formação da nossa história.

Anália Emília Franco nasceu em 1º de fevereiro de 1853, em uma família católica, na cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. Filha de Antônio Mariano Franco Júnior e Thereza Franco, Anália era a filha mais velha do casal, tendo como irmãos Antônio Mariano Franco e Ambrosiana Franco. Assim, Anália nasceu no período imperial,

“De volta ao começo”:**A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco**
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

cuja sociedade era altamente conservadora, patriarcal e monárquica, defensora da escravidão e tendo como religião o catolicismo, herdada dos nossos colonizadores.

O nascimento de Anália Franco ocorre no momento dos primeiros indícios de melhoramento urbano, do aperfeiçoamento do sistema de transporte, na ocasião da crescente demanda de café exigida pelo mercado internacional e no rompimento da estreita auto-suficiência do latifúndio (COSTA, 1999, p. 252).

Até os oito anos de idade Anália viveu em Resende, cidade em que recebeu as primeiras noções de aprendizagem escolar, promovidas pela sua mãe que era professora. No ano de 1861, “a família de Anália teria se estabelecido em São Paulo. Entre uma viagem e outra por cidades do interior” (MONTEIRO, 2004, p. 37). A mudança de cidade provavelmente aconteceu devido à procura de trabalho; a família fixou-se na capital somente durante o ano 1898.

É preciso frisar que, no período imperial, o ensino elementar permaneceu como tarefa da família e, muitas vezes, realizado dentro do ambiente familiar das camadas privilegiadas, por preceptoras contratadas. Assim, a proliferação de escolas de primeiras letras levou um tempo para ser estabelecida. O ensino secundário foi realizado principalmente pela iniciativa particular; o surgimento de escolas normais foi acanhado, com investimento reduzido. O ensino superior era controlado pelo governo e para a inserção nele era preciso a realização de exames.

O ensino privado, irrestritamente livre ao apagar das luzes dos tempos coloniais, permaneceu ainda por muito tempo, após a Independência, totalmente desembaraçado de qualquer interferência governamental. Tacitamente aceita para o ensino das humanidades, a liberdade da iniciativa particular fora expressamente consagrada, no campo da instrução elementar (HAIDAR, 1972, p. 150).

O que foi visto durante o Brasil Império no campo educacional era considerado um descaso, principalmente com a educação popular e com medidas que tornassem a instrução primária acessível a todos. Reforçando o privilégio daqueles que mantinham o poder aquisitivo elevado, a educação se resumia a uma minoria.

A formação de futuros professores ganhou força com a reforma Couto Ferraz, que abriu espaço para a formação por meio de professores adjuntos. Assim, os professores se formariam, na prática, realizando atividades como professores auxiliares de outros professores públicos. Porém, mesmo com essa proposta de professores auxiliares não foi interrompida a criação das Escolas Normais.

Durante esse período, no ano de 1868, aos 15 anos, Anália iniciava-se no magistério auxiliando sua mãe em escolas da Província de São Paulo, enquanto outras jovens reproduziam as gerações anteriores, colaborando apenas para a manutenção do lar, espaço reservado à figura feminina. Quanto mais fechadas no espaço privado de suas vidas em suas casas, menor era o alcance na participação efetiva na vida pública, dominada, a princípio, pelos homens. Havia quem cultivasse a ideia de que para a mulher “o melhor livro é a almofada e o bastidor” (HAIDAR, 1972, p. 214); o que se desejava era manter a mulher longe do saber, assim se tornaria um ser apático e fácil de ser manipulado. No final do século XIX as mesmas eram vistas como indivíduos dotados de:

Atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Esta era a regra, porém, mulheres como Anália tornaram-se a exceção cultivando a leitura e a escrita, pois reconheciam, nessa prática, talvez a única possibilidade de mudança; assim, não se contentavam apenas com atividades voltadas para o aprimoramento das prendas domésticas. À mulher poderiam, sim, ser atribuídos todos os adjetivos, mas isso jamais lhe tiraria o direito de ser educada e instruída.

‘NÃO HÁ VIDA FELIZ, INDIVIDUAL OU COLETIVA SEM IDEAL’...

Durante toda a infância e boa parte da vida adulta, a educadora conviveu com uma sociedade escravocrata. A mudança do interior do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo colaborou para que Anália presenciasse uma série de mudanças no cenário brasileiro.

Assim, a defesa da causa social por ela assumida, e que acompanhou toda a sua trajetória de educadora, escritora e jornalista, está ligada às marcas da Lei do Ventre Livre. Aprovada em 28 de setembro de 1871 (Lei n. 2.040), a lei declarava que a partir daquela data estariam em “condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos”; enfim, essa lei tornava livres os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir da data de sua promulgação.

Porém, a mesma lei também determinava obrigações aos senhores de escravos e ao governo no que se referia à criação dos filhos menores: as crianças ficariam sob o poder e autoridade dos senhores de suas mães, que tinham a obrigação de criá-los “até os 8 anos de

idade, adquirindo o direito de usufruir de seu trabalho até que completassem 21 anos, ou então entregá-los ao Estado, recebendo, neste caso, uma indenização” (RIZZINI, 2009, p. 103-104). A medida, na realidade, queria proibir a separação dos menores de doze anos do seu pai ou da sua mãe, além de prever formas de recolhimentos aos que fossem abandonados.

No entanto, a “Lei do Ventre Livre não teria trazido resultados satisfatórios para os abolicionistas” (BARATA, 1999, p. 110-120). Nos anos seguintes à lei muitos abusos foram ocasionados por parte dos fazendeiros, desinteressados em criar os filhos de seus escravos sem o retorno financeiro que desejavam, o que acabou levando ao abandono desses pequenos que começaram a perambular pelas ruas. Diante da situação, Anália teria escrito cartas para as mulheres fazendeiras, apelando em favor das crianças então abandonadas, ao tempo que buscava meios de ampará-las. Dessa maneira, apesar de ter sido aprovada em concurso da Câmara, em 1872, na capital, que lhe garantia trabalhar oficialmente como assistente de sua mãe, Anália teria preferido ir para o interior, pois acreditava na possibilidade de mudar a história daquelas crianças:

Ao perceber que os pequenos negrinhos expulsos das fazendas já perambulavam mendigando pelas ruas, imediatamente troca seu cargo na Capital paulista por outro, no interior, a fim de socorrer as criancinhas necessitadas. Num bairro de uma cidade do norte de São Paulo instala, em imóvel alugado, a primeira “Casa Maternal”, amparando todas as criancinhas trazidas à sua porta ou encontradas nas moitas e estradas (KISHIMOTO, 1988, p. 52).

A partir de então era instalada a “Casa Maternal”, em um local cedido gratuitamente a Anália, desde que respeitasse a condição imposta pela proprietária: a de não misturar crianças brancas com negras; condição essa não aceita por Anália, que resolve pagar um aluguel pelo imóvel. A proprietária, no entanto, ao ver sua fazenda transformada em albergue de crianças negras, usa seu prestígio e consegue a remoção de Anália Franco. Diante do fato, a professora teria ido para a cidade, onde alugou uma velha casa, pagando de seu próprio bolso. Além disso, anunciou em folha local a existência do abrigo. Como o restante de seu salário era insuficiente para pagar as despesas com a alimentação, a opção encontrada para custear os gastos do abrigo foi a de ir com as crianças pedir esmolas, o que causou certo estranhamento à sociedade.

O comportamento, insólito para a época, de uma *professora espírita* proteger negros, filhos de escravos, pedir esmolas pelas ruas em pleno regime monarquista, católico e escravocrata, gera um clima de antipatia e rejeição entre os moradores da região ante a figura daquela mulher considerada perigosa, e seu afastamento da cidade já é cogitado, quando surge um grupo de abolicionistas e republicanos a seu favor (KISHIMOTO, 1988, p. 53, grifo nosso).

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

Na realidade, o que contribuía para a atitude áspera da sociedade era o fato de Anália ser adepta do espiritismo, em um período em que possuíamos uma sociedade conservadora e profundamente marcada pelo catolicismo. “A Igreja percebia também, além da sua luta contra o anticlericalismo dos amantes do progresso em geral, a necessidade de evitar uma possível epidemia de espiritismo” (NUNES, 2000, p. 56). Em todo o país havia uma preocupação com o avanço de outras religiões, principalmente a doutrina espírita.

Mas Anália Franco não se rende às perseguições e durante o ano de 1877, após a reabertura da Escola Normal de São Paulo, matricula-se no curso que tinha duração de dois anos. No final daquele ano o jornal “A Província de São Paulo”, no dia 28 de dezembro, em sua seção livre, elogia o exame prestado pela aluna:

“A Exm^a. Sr^a. D. Amália Emília Franco. O exame tão brilhantemente prestado por esta inteligente senhora professora pública da cadeira do sexo feminino da cidade de Jacareí, como aluna do primeiro ano da Escola Normal, descobre aos olhos da Província de São Paulo, já sobremodo notável pelo talento e pela iniciativa e patriotismo de seus filhos, uma verdadeira novidade rasgando novos horizontes à literatura do país. Não foi somente o descobrimento de uma inteligência de apreço o que nos revelou esse exame; foi igualmente a mais proveitosa dela, manifestada nessa memorável exibição. Com estas linhas inspiradas mais pelo entusiasmo do que por conhecimento que nos outorguem, temos dois fins: render preito à inteligência da jovem paulista e impor-lhe, em nome do nosso país, o do nosso futuro e estudo acurado, e a mais conscienciosa aplicação” (MONTEIRO, 2004, p. 38).

Nas entrelinhas do pronunciamento podemos perceber que Anália E. Franco não passaria despercebida, era dotada de um capital intelectual e provou que sabia fazer uso do mesmo dentro dos meios educacionais. Dessa maneira, começava a escrever o seu nome na História da Educação Brasileira.

A Escola Normal de São Paulo, no ano de 1878, passa por dificuldades financeiras e é fechada. De acordo com Monarcha (1999, p. 150), a escola não possuía uma dotação efetiva na lei do orçamento provincial e entre os anos de 1875 a 1877 sobreviveu com uma verba extra. Esse foi o motivo para que em 9 de maio de 1878 fosse autorizado o fechamento da escola que encerraria suas atividades em 30 de junho do mesmo ano.

O Dr. João Batista Pereira ao ser nomeado presidente de província de São Paulo manda fechar a escola por ser impossível continuar seu funcionamento em estado precário: sem edifício próprio, com mobília emprestada e reclamada por seu dono e sem professores, já que seu número estava reduzido a três, dos quais somente um era assíduo (MONACHA, 1999, p. 103).

Podemos constatar, através dessa situação, como se encontrava a educação brasileira no final do Império. Porém, no ano de 1880 a Escola Normal reabre suas portas,

“De volta ao começo”:**A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco**
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

e as alunas que foram aprovadas nos exames do primeiro ano e não puderam concluir seus estudos, tiveram a oportunidade de retornar à Escola para terminarem o curso. Embora Anália tenha frequentado a Escola Normal de São Paulo como aluna-mestra, não há fontes que informem se a mesma retornou à instituição para se diplomar. Talvez tenha sido beneficiada pela Lei n. 888, de 6 de dezembro de 1903, e equiparada à normalista, levando em consideração que havia sido aluna-mestra da Escola Normal de São Paulo.

Em razão do fechamento não pudera concluir o curso a terceira turma de alunos e a segunda turma de alunas, que deveriam ser diplomados em 1878. Por uma lei posterior (Lei n.º. 888 de 6 de outubro de 1903), esses alunos foram equiparados aos normalistas da extinta Escola, mas a lei só aproveitou os alunos-mestres que vieram a exercer o magistério nas escolas isoladas ou grupos do Estado (RODRIGUES, 1930, p. 103).

Não sabemos ao certo o que levou Anália a fazer a opção pelo magistério; talvez fosse uma das possibilidades de ultrapassar os muros, até então destinados às mulheres de sua época. Mas enxergamos, também, uma possível associação do magistério à imagem da sua mãe, dona Tereza Franco, que mesmo sendo católica fervorosa, daquelas que mantinham um “altar com imagens, todo enfeitado onde rezava, de joelhos, suas ladainhas” (MONTEIRO, 2004, p. 131) diariamente, sempre colaborou com sua filha junto à associação e na construção de Escolas Espíritas.

A IMPRENSA E A FORÇA DA EDUCAÇÃO FEMININA

Anália costumava fazer algumas viagens para o interior do estado, principalmente para às cidades de São Carlos dos Pinhais e Taubaté. A última possibilitou o seu ingresso no Jornalismo, colaborando, a partir de então, com jornais e revistas literárias, a exemplo de “A Família”, “O Eco das Damas” e “A Mensageira” (figura 01), ao lado de expoentes feministas da época. Era defensora da liberdade de pensamento; teve na causa da criança desvalida e da mulher, o alicerce de sua obra educacional e social, não aceitava o desmando que vinha ocorrendo na sociedade, principalmente em relação à figura feminina. Assim, utilizava-se da imprensa para realizar suas críticas, na esperança de que as mulheres se apropriassem do seu pensamento, que versava em torno de suas preocupações com a educação e a falta de leitura no Brasil.

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza



Figura 01 – Edição nº1 da Revista “A Mensageira”

Fonte: Revista “A Mensageira”, 1897.

Segundo análise de Incontri, o movimento feminista que surge no final do século XIX, a exemplo da revista “A mensageira”, à qual Anália contribuiu com seus artigos, não tinha necessariamente uma preocupação com as mulheres de classe inferior como a mulher pobre, nem com a prostituta, nem com a mulher negra (INCONTRI, 2004, p. 186). Então, dizemos que as publicações realizadas por Anália Franco possuíam um diferencial dentro do grupo literário e jornalístico formado por mulheres da época, considerando que a escritora estava focada nas classes desfavorecidas.

No ano de 1898, Anália Franco assina sua própria revista, intitulada “Álbum das Meninas”, considerada uma revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras, além de discutir a participação da mulher na sociedade e seu direito à educação. Uma das preocupações da escritora era o incentivo à leitura, já que a falta da mesma em nosso país, durante o século XIX, contribuiu para que poucas mulheres se dedicassem às letras, e aquelas que ousaram modificar o caminho, escrevendo e produzindo suas obras, tiveram que enfrentar preconceitos e uma certa indiferença da sociedade.

A educadora usava as páginas de sua revista no intuito de chamar a atenção das leitoras para essa situação; assim, empregava frases fortes como “a nossa apathia intellectual” e “a nossa apathia mental”. Via na leitura o caminho para que as mulheres fizessem aquisição do saber, o que as levaria a uma autonomia:

O gosto pela leitura tornou-se uma das feições características do presente século, e assim a sciencia que em outros tempos era apenas a partilha das classes

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

privilegiadas é hoje comum e acessível a todos. Mas á medida que a inteligência humana se depura e engrandece ao redor do homem, nós com pequenas restrições nos conservamos estacionárias e resistentes á marcha do progresso, que dia a dia mais impõe o imprescindível dever de despertar-nos da nossa apathia intelectual (FRANCO, 1898, p. 81-82).

Desejava-se que as mulheres, em especial as mais jovens, não vivessem da reprodução, mas que se encorajassem para buscar a liberdade por meio da educação:

Enquanto a nossa instrução for concebida nessa espécie de molde fatal que nos atrofia o desenvolvimento da personalidade, havemos de viver abafadas numa atmosfera de interesses mesquinhos, sem sentir simpatia, nem tendências para as nobres e elevadas conquistas do espírito (FRANCO, 1898, p. 84).

Anália Franco fez uma crítica à maneira como se processava a educação, com os primeiros ensaios de progresso; acreditava que seria preciso mudar as práticas de disciplinas nas escolas católicas, onde não era permitido às mulheres ler livros e nem estudos femininos, pois eram considerados impróprios. Quantas mulheres não tiveram seus sonhos podados, quantas atrofiaram o seu pensamento por não terem direito de dizer o que desejavam! Anália pregava que a mulher deveria receber educação e ter liberdade para decidir; ela seria a única responsável pelos seus próprios atos.

Em outro fascículo da revista “Álbum de Meninas”¹, encontramos um artigo assinado por Mlle Rennotte², intitulado “Mulher e liberdade”, onde se discutia o que é a liberdade e qual a importância dela para a mulher. Rennotte ainda argumenta que já havia sido provado, científica e fisiologicamente, a não existência de diferença que justificasse a mulher viver contida ao homem; ao contrário, a mesma seria capaz de viver lado a lado, pensar da mesma maneira e agir da mesma forma. A bandeira de igualdade de direitos era fincada pela autora.

No fascículo número 15 da mesma revista, no artigo “Educação Feminina”³, Anália apresenta a ideia de que a mulher não deve adquirir educação simplesmente para “brilhar e reinar” na sociedade, mas para ser independente da “escravidão”. Acreditava que a mulher deveria ser “emancipada e não subjugada pelo homem, deveria ser companheira e não escrava”, estando, na educação, a única forma de mudança.

¹ Conferir revista “Álbum de Meninas”, n. 14, ano II, publicada em 31 de maio de 1899, p. 320-324.

² Belga de origem, Marie Rennotte nasceu em Wandre, em 1852, tendo emigrado para o Brasil em 1878. Mademoiselle Rennotte, como era conhecida, destacava-se entre as mulheres da sociedade paulista por sua sólida formação profissional, por falar vários idiomas; além disso, por defender o ideário feminista. Foi a primeira diretora do Colégio Piracicabano, inaugurado em 1881, fundado por metodistas, destacando-se por ser a primeira mulher a tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 04 de maio de 1901.

³ Conferir revista “Álbum de Meninas”, n. 15, ano I, publicada em 30 de junho de 1899, p. 341-344.

A revista “Álbum de Meninas” sobreviveu durante 25 anos. Um dos motivos para o término da sua circulação foi a criação do jornal “A Voz Maternal”, em 1903, editado por Anália E. Franco. Órgão de comunicação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, nas páginas do jornal era possível encontrar artigos sobre educação, prestação de contas da Associação, premiação e exames realizados pelos alunos desta instituição. O jornal “A Voz Maternal” era a representação da Associação para a sociedade.

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DEMOCRATIZANTE

Em 1901, Anália Franco funda a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), com o apoio de seu esposo, o senhor Antônio Bastos. A propaganda da Associação pregava que nas suas instituições não se fazia distinção de credo ou de cor, recebendo crianças e mulheres de qualquer procedência religiosa ou étnica, preceitos da educação espírita, embora em nenhum momento a associação fosse denominada como uma instituição espírita. A mesma deixava clara a realização de um trabalho voltado, principalmente ao atendimento de crianças negras, pobres e órfãs, tendo também uma política para a mulher, principalmente àquela que desejasse trabalhar.

Então, consideramos a criação da AFBI o grande marco na vida da educadora. Ao longo da sua história foram implementadas cerca de cento e dez escolas entre asilos, creches, escolas maternais, liceus femininos e colônias regeneradoras. O estatuto da Associação previa, no artigo II:

1º Estabelecer, neste Estado e nos outros, Liceus Femininos e aulas práticas para preparar e formar professoras das Escolas Maternais da Associação.

2º Estabelecer escolas destinadas a completar a educação dos alunos das Escolas Maternais.

3º Fundar escolas profissionais para ambos os sexos.

4º Criar bibliotecas.

5º Promover conferências sobre assuntos de instrução e moral.

6º Criar asilos e albergues diurnos, para crianças e senhoras desamparadas.

7º Prestar socorros médicos a todos os protegidos pela Associação.

8º A Associação é leiga, respeitando todas as crenças das suas sócias e protegidas.

9º A Associação será dividida em duas secções: uma de Escolas Maternais e outra de asilos, creches e albergues.

10º As escolas maternais, asilo e creche são destinados a beneficiar e educar crianças e senhoras de todas as classes e seitas diversas, por isso limitam-se ao ensino das verdades fundamentais, como a existência de Deus, a imortalidade da alma e ao ensino da mais pura moral, sem prejudicar as crenças das famílias a que pertençam as crianças.

11º Às internas do Asilo e Creche, de 16 anos para cima, dar-se-á ampla liberdade religiosa ou filosófica, não sendo todavia permitido dentro do asilo e Escolas Maternais, as práticas exteriores de seita religiosa alguma (LODI-CORRÊA, 2009, p. 13-14).

Mesmo a AFBI se declarando leiga, ensinava a existência de Deus, falava sobre a imortalidade da alma, sobre a importância da moral, não fazia proselitismo a uma nem a outra religião; seguia o estatuto. Qualquer culto deveria ser realizado fora das dependências da instituição.

Falava-se de Deus de modo que católicos, evangélicos, espíritas, muçulmanos e judeus podiam plenamente assimilar, mas não se falava de Maria, de santos, de Espíritos ou de profeta em particular. Falava-se de alma imortal, mas não de reencarnação ou céu e inferno. E cada abrigado, aluno ou asilado poderia aderir ao culto que mais lhe conviesse (INCONTRI, 2001, p. 232).

A Associação não usava, na sua nomenclatura, o termo espírita, não que Anália negasse a sua crença, mas porque a educadora fazia questão de manter um distanciamento entre as atividades espíritas e as educacionais “para não prejudicar a última, já que no começo do século era muito forte a influência da Igreja na sociedade e deveras considerável o preconceito contra os espíritas” (MONTEIRO, 2004, p. 13-14).

A religião escolhida por Anália, para professar sua fé, sempre provocou polêmica; assim, tanto a educadora como suas obras sempre eram relacionadas ao espiritismo. Outro fato que deixava a sociedade inquieta era a aproximação de Anália Franco com a Maçonaria, “em atas da AFBI encontram-se relatos do financiamento das obras da Associação pela Maçonaria, e também de convites feitos pela ordem para que Anália dirigisse algumas escolas mantidas por eles” (LODI-CORRÊA, 2009, p. 14).

Esse fato acabou provocando a criação de um número vasto de escolas pode ser explicado através do compromisso da educadora com a educação, mas também pelo apoio, com o qual a Associação passou a contar, de parte da sociedade civil, da Maçonaria e de grupos espíritas, o que provocava, a todo o momento, críticas e perseguições. Mas, mesmo assim, a instituição conseguiu expandir-se para o interior:

Isso ocorria não só por sugestão da própria Anália Franco, por meio de seus contatos, geralmente com educadores, espíritas ou maçons das localidades, como também tornou-se comum autoridades e figuras proeminentes de municípios interioranos procurarem a Educadora oferecendo-lhe infraestrutura para que fundasse filias da Associação em suas cidades (MONTEIRO, 2004, p. 100).

E o que vimos foi um número crescente de escolas pelo interior. E mesmo aquelas que não eram mantidas pela Associação, porém adotavam o método de ensino de Anália Franco, recebiam da educadora uma assistência constante, além da bibliografia utilizada. A educadora fiscalizava pessoalmente suas sucursais, denominando essa empregada pela

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

professora para definir o que hoje chamamos de filiais; e quando não podia fazer as visitas pessoalmente, nomeava fiscais para auxiliá-la nesse processo.

Quadro 1 – Demonstrativo da criação de Sucursais no período de 1902 a 1910

ESCOLAS	CIDADE	ESTADO	FUNDAÇÃO
1ª Escola Maternal	Dois Córregos	SP	1902
Escola Maternal	Jaú	SP	1903
Asilo - Creche	Campinas	SP	1904
Escola Maternal	Itapetininga	SP	1904
Escola Maternal	São Manuel	SP	1905
Asilo-Creche	Franca	SP	1907
Asilo-Creche	Ribeirão Preto	SP	1907
Asilo-Creche	Barretos	SP	1907
Escola Maternal Bebedouro	Bebedouro	SP	1908
Asilo-Creche	Brotas	SP	1908
2ª Escola Maternal	Dois Córregos	SP	1908
Escola Maternal	Sertãozinho	SP	1908
Asilo-Creche	Limeira	SP	1908
Escola Maternal	Jabuticabal	SP	1909
Asilo-Creche	Rio Claro	SP	1909
Asilo-Creche	Santos	SP	1910

Fonte: MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco: a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

O crescimento assustador das escolas mantidas pela Associação, de acordo com os quadros, dava-se pelo compromisso da educadora com os problemas vividos pela sociedade daquele período, principalmente o educacional. Assim, “suas atividades apresentavam como motivação básica a própria sensibilidade para os problemas sociais da época. A ausência de proteção à mãe pobre e à criança é a mola propulsora que leva Anália à criação de creches, asilos e escolas maternas” (KISHIMOTO, 1988, p. 54).

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

Quadro 2 – Demonstrativo das construções de Sucursais no interior do estado de São Paulo, no período de 1910 a 1918

ESCOLAS	CIDADE	ESTADO	FUNDAÇÃO
Asilo-Creche	Judiaí	SP	1912
Creche-Asilo	São Vicente	SP	1913
Asilo-Creche	Dobrado	SP	1914
Asilo-Creche	Dourado	SP	1915
Asilo-Creche	Monte Azul	SP	1915
Asilo-Creche	Rincão	SP	1916
Asilo-Creche	São José do Rio Pardo	SP	1916
Asilo-Creche	Cândido Rodrigues	SP	1916
Asilo-Creche	Dourado	SP	1917
Asilo-Creche	São José do Rio Preto	SP	1917
Colônia Regeneradora	Bauru	SP	1918

Fonte: MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco: a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

A educadora via “a escola como instrumento comunitário e democratizante”, que proporcionaria oportunidades iguais para todos e levaria ao “progresso social da Nação” (MONTEIRO, 2004, p. 33). Levando em consideração que nesse período a criança pobre estava sendo vista como um problema para o país, e os governantes não estavam dando conta da demanda, assim foi preciso a ação de pessoas da sociedade civil. Durante o período de 1800 a 1900 o lema do país era “salvar a criança, salvar a nação” (RIZZINI, 2008, p. 27). A criança pobre começava a ser imaginada com uma possibilidade de regeneração: se as crianças fossem moldadas para o bem se tornariam virtuosas, caso contrário, se fossem moldadas para o mal, seriam viciosas e colocariam em risco toda a ideia de progresso da nação.

A causa da regeneração das crianças passou a fazer parte do discurso da elite intelectual do período, formada por médicos, juristas, filantropos, moralistas, que se sentindo incomodados com o descaso para a infância desvalida, começaram a desenvolver um trabalho em prol delas. Embora a elite se dissesse preocupada com a educação das crianças, percebia-se que esse grupo não desejava abrir mão dos seus privilégios; assim, a educação das crianças pobres seria apenas a educação para o trabalho, na intenção de que futuramente as mesmas serviriam a elite e não colocariam mais em risco a sociedade.

Anália enfatizava sempre que o nosso fim está em procurar diminuir cada vez mais em nosso meio, a necessidade de conceder a esmola, e isso só seria possível pelo desenvolvimento da educação e do trabalho. Via-se esta afirmação não só como uma possibilidade da retirada das crianças das ruas, porém como uma forma de libertar, já que

oferecendo-lhes educação e ensino profissional, elas futuramente poderiam guiar suas próprias vidas, conquistando sua autonomia sem precisar depender de auxílios contínuos.

Assim, dava-se início à construção dos Asilos-Creches mantidos pela Associação, comprometida com o social. A preocupação demonstrada por Anália Franco mantinha um diferencial possível de ser visualizado. Havia um compromisso pedagógico da educadora para com as crianças que, a partir daquele momento, passariam a habitar um espaço que, mesmo sendo denominado de Asilo-Creche, deveria ser atraente e não lembrar, em nenhum aspecto, instituições que foram sempre conhecidas como “casa sem cor” e suas crianças tratadas como mercadorias em depósito.

Em resumo, foi pensando em assumir um compromisso com a sociedade que no início do século XX, Anália criaria o chamado “Albergue Diurno” para os filhos de mães jornalistas, na cidade de São Paulo, demonstrando uma preocupação com as trabalhadoras. Ao pensar na mãe, ela pensava no filho; assim, criança e mulher são colocadas como prioridade na sua prática. O Albergue Diurno poderia ser identificado como Creche, sendo o primeiro a ser construído no Brasil. Desta maneira, coube a Anália Franco a edificação da primeira creche brasileira. Nascida de acordo com as definições de Anália Franco, “creche é uma instituição beneficente destinada a cuidar e educar criancinhas de ambos os sexos, enquanto as mães se ocupam nos seus trabalhos diurnos” (MONTEIRO, 2004, p. 91). As mães, a partir de então, conseguiriam desenvolver suas atividades diárias tranquilas, pois sabiam que, daquele momento em diante, seus filhos estariam sendo bem cuidados, embora ausentes da figura materna.

Além disso, as obras educacionais da educadora junto à Instituição não se resumiram apenas aos Asilos-Creches, mas estenderam-se às Escolas Maternais e Liceus, mesmo com críticas realizadas, a todo instante, durante a expansão das obras:

O jornal católico “O São Paulo”, de 29 de janeiro de 1908, exorta o público católico de Campinas a “não dar auxílio a semelhantes escolas, e sim combatê-las”. Para nós essas escolas são perigosíssimas. Elas vieram sob a guarda de subvenções maçônicas e de livre pensadores” (MONTEIRO, 2004, p. 104).

Apesar de toda campanha para a não propagação das escolas, as construções aumentavam a todo instante e tinham o apoio não só de pessoas que residiam na região sul, mas de cidadãos das regiões nordeste e centro-oeste. No artigo “Uma Gratidão”, publicado no jornal “A Voz Maternal”, no ano de 1904, a educadora faz menção aos apoios que

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

vinha recebendo, em especial, do redator do “Jornal de Sergipe”, o senhor Antônio da Mota Rabello⁴.

Sergipano distinctíssimo, ilustre entre os mais ilustres d'esta terra, conhecido pela grandeza do seu caracter, pelos opulentos cabedais do seu espírito e pela generosidade ilimitada de alma, pondo em nós confiança, que enobrece, se nos dirigio mostrando desejos de que o auxiliemos na pia obra santa de tornar conhecida, até onde chegar a nossa débil voz, a Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de São Paulo. Jamais recebemos apelo que tão bem concertasse com os sentimentos de nossa alma. Falar pelos pobres, pedir pelos abandonados, suplicar pão para os órfãos, asylo para as viúvas, manto para os nus, despertar a caridade pública em favor dos necessitados é a missão mais nobre que possa ser dada a desempenhar a qualquer homem sobre a terra (REBELLO, 1904, p. 2).

A divulgação dos trabalhos conduzidos por Anália Franco junto à Associação tomou grande proporção em todo país, graças às correspondências enviadas pela escritora, com o propósito de solicitar auxílio financeiro, além da intenção de fazer com que a Associação fosse reconhecida, mesmo não tendo a aceitação do clero.

As obras educacionais mantidas pela Instituição primavam por um ambiente educativo que deveria valorizar a moral, princípio estimado dentro da educação espírita, além de focar a instrução não apenas informativa, mas que oferecesse garantias no processo educacional. Assim foi construída a filosofia das Escolas Maternais.

Quadro 3 – Demonstração do trabalho realizado nas Escolas Maternais

Programas das Escolas Maternais (1908)
1ª Aula às 11 horas. Das 11 horas às 11 e ½ - Canto – Hino de Deus; - Inspeção de Asseio; - Moral: iniciava-se a primeira ideia de Deus.

Fonte: MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco: a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

O primeiro princípio trabalhado dentro das Escolas Maternais era o da Educação Moral: acreditava-se que as “lições de moral” dadas às crianças possibilitariam a aquisição de bons costumes, levando a disciplina e a harmonia no espaço escolar. A educadora enxergava a figura do professor como primordial para este processo educativo, porém primava para que os seus “mestres tivessem uma postura modelar que transmitisse alegria,

⁴ Filho de Francisco da Motta Rabelo e D. Maria Angélica da Motta Tojal, nasceu em 24 de janeiro de 1856, em São Cristóvão (SE), e faleceu a 2 de setembro de 1917. Colaborou por muitos anos na imprensa sergipana. Foi um periodista de espírito irrequieto. Por vezes sustentou pelos jornais de sua afeição ou que redigiu, discussões calorosas e polêmicas apaixonadas. Redigiu o “Jornal de Sergipe” na última fase, no período de 1908 a 1911. Nesse mesmo jornal já havia dirigido a parte editorial até junho de 1881. Verificar: GUARANÁ, p. 130–131.

amor à natureza, religiosidade, docilidade, otimismo, tolerância e outras qualidades que incentivassem um procedimento concomitante” (MONTEIRO, 2004, p. 40). Assim, os alunos aprenderiam e passariam a agir da mesma forma.

No artigo 41 da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), estava prevista a criação de Liceus Femininos – instituições de ensino profissional nas quais seriam ministradas instruções teóricas e práticas a todas as pessoas do sexo feminino que se propusessem à profissão do magistério nas Escolas Maternais, e, elementar, na Associação Feminina.

Em São Paulo, em 1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Anália Franco, espírita, filiada ao Partido Republicano, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para escolas chamadas de maternais (espécie de creche e jardim-de-infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher (KUHLMANN, 1998, p.78).

Assim, o Liceu Feminino de São Paulo mantido pela Associação foi fundado em 1902, e no ano seguinte era inaugurado o da cidade de Santos; ambos serviriam para a formação de jovens que, no futuro, ocupariam o cargo de professora nas Escolas e nos Asilos-Creche da capital e do interior. O curso para preparar as professoras oscilava de acordo com as características: se fossem atuar no primário, teria a duração de três anos; para as Escolas Maternais, dois anos, com o seguinte currículo:

Quadro 4 – Demonstração do currículo usado no Liceu para a formação das normalistas

1º Ano	2º Ano
• Português (oito lições por mês). • Aritmética Elementar. • Noções de Geografia, Pedagogia e Moral. Desenho, História do Brasil, Elementos de História Natural e Francês (quatro lições por mês). • Geometria, Ginástica e Trabalhos Manuais (três lições por mês).	• Português, Aritmética e Francês (12 lições de cada matéria no 1º trimestre). • Pedagogia e Moral, Geografia e História do Brasil (12 lições no 2º semestre). • História Natural, Geometria, Desenho e Música (12 lições) acrescentando, no trimestre, seis lições de ginástica e seis de trabalhos manuais.

Fonte: A Dama da Educação – Eduardo Monteiro.

As aulas dos Liceus eram ministradas por professoras diplomadas pela Escola Normal da Praça e com ampla experiência no magistério. A prática das alunas do Liceu era desenvolvida da seguinte forma: as alunas eram levadas às escolas da Associação,

distribuídas em turmas de três ou quatro, para cada dia da semana, nas classes de primeiros e segundos anos. Só eram consideradas habilitadas ao exercício da profissão após prestarem exame obrigatório diante de uma banca examinadora, composta por um presidente e dois membros.

Anália Emília Franco faleceu em 20 de janeiro de 1919, vítima da gripe espanhola, quando ainda era presidente da AFBI—Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, deixando a sua figura como um fragmento importante que colabora na reconstrução da historiografia da educação. Após o seu falecimento, o trabalho desenvolvido na Associação começou a perder a marca da educadora, e, com isso, algumas escolas fecharam suas portas “por não aceitar interromper as práticas espíritas, conforme determinava a orientação da nova administração” da AFBI (MONTEIRO, 2004, p. 110). Esse também foi o motivo que afastou o senhor Bastos, viúvo da educadora, da condução dos trabalhos desenvolvidos na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupada com a educação e, principalmente, com a educação ministrada às mulheres, Anália Franco sempre se mostrou atenta a essas questões: formar pessoas, cuidar, instruir e apresentar possibilidades de crescimento.

Podemos dizer que a educadora transitou por vários campos e, em cada espaço, deixou um registro seu. Foi abolicionista em um momento que não cabia à mulher levantar essa bandeira; preocupou-se com a infância desvalida, principalmente com as crianças negras. Assumiu como crença a doutrina espírita, em um país católico; recebeu críticas. Tentou modificar o pensamento feminino da época por meio de sua revista “Álbum de Meninas”; falou sobre educação no jornal “A voz Maternal”. Foi escritora, educadora, jornalista, professora, teatróloga; assim era Anália, dentro de tudo o que seu tempo produziu.

Nestas linhas não foi registrada toda a trajetória de Anália Emília Franco, apenas fragmentos, mas percebemos a existência da história de uma educadora que se mantinha guardada, silenciada dentro da historiografia da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo, Campinas: Universidade Metodista de São Paulo; Autores Associados, 2007.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras:** ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral** – memória, tempo. Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império.** São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita:** um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas. 2001. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita:** um projeto brasileiro e suas raízes. Bragança Paulista: Comenius, 2004.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo.** São Paulo: Loyola, 1998.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LODI-CORRÊA, Samantha. Anália Franco e sua ação Educacional na Primeira República. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM “ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 8., Campinas, 2009. Anais eletrônicos... Campinas: HISTEDBR/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/roFIvIc5.doc>. Acesso em: 08 fev. 2015.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. **Anália Franco:** a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça:** o lado noturno das luzes. Campinas: Cortez, 2002.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira:** a poesia da ação. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 99-167.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

“De volta ao começo”:

A (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco
Rosemeire Siqueira de Santana; Ane Rose de Jesus Santos Maciel; Josefa Eliana Souza

RODRIGUES, João Lourenço. **Um retrospecto**: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Fontes Eletrônicas:

FRANCO, Anália. **Revista Álbum de Meninas**, ano I, n. 4, 1898. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoinfancia>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

FRANCO, Anália. **Revista Álbum de Meninas**, ano II, n. 15, 1899. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoinfancia>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/297/diciarmindo.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

REBELLO, Antonio da Mota. Pelos Abandonados. In: **Jornal A voz maternal**. São Paulo, 1904. p. 2. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoinfancia>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

RENNOTTE, Mlle. Mulher e liberdade. **Revista Álbum de Meninas**, ano II, n. 14, 1899. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoinfancia>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

REVISTA A MENSAGEIRA. Mulheres de Sucesso. Edição n. 1, 1897. Disponível em: <<http://www.mulheresdesucesso.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Recebido para publicação em 26/06/2015

Aceito para publicação em 25/07/2015